

ESPECTRO AUTISTA E CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA NA INSTITUIÇÃO ESPECIAL

Ana Beatriz Machado de Freitas, Glacy Queirós de Roure

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO

Introdução

O presente trabalho refere-se a um estudo de caso que subsidiou uma pesquisa qualitativa desenvolvida pela autora, em 2004, durante o mestrado em Psicologia na PUC-Goiás. O propósito da pesquisa foi investigar como o contexto de instituições de ensino, espaços de subjetividade social, constitui subjetividades individuais de alunos. Nesse intuito, três crianças foram acompanhadas em seus espaços educativos. Destaca-se, aqui, Luciana (nome fictício), 5 anos de idade, diagnosticada deficiente mental com comportamentos autistas. Em razão de seus comprometimentos, também na marcha e na linguagem, os pais optaram por matricular a filha em uma instituição de ensino especial que também oferecia atendimentos clínicos. A forte influência, histórica, do modelo médico na educação especial nos levaram ao seguinte objetivo: identificar, no contexto da instituição, indicadores deste modelo que constituiriam a subjetividade da aluna, particularmente em relação ao autismo.

Métodos, procedimentos e materiais

A pesquisa de campo, de caráter qualitativo, desenvolveu-se de setembro de 2004 até o final daquele ano letivo em uma instituição filantrópica de ensino especial e reabilitação. O suporte teórico-metodológico fundamentou-se na Epistemologia Qualitativa, de González Rey. Nesta, o qualitativo de uma pesquisa em psicologia define-se pelo caráter interativo, sendo por isso fundamental que o pesquisador interaja ao máximo no contexto pesquisado para construir-interpretar informações relevantes. As informações de sentido ou indicadores (GONZÁLEZ REY, 2002) ganham fidedignidade e relevância quando compreendidos e interpretados, à luz da teoria, em relação ao contexto e ao momento de sua produção. Assim, a pesquisa procedeu-se por observação participante, em que a pesquisadora buscou interagir com o sujeito e com as pessoas envolvidas (professora, clínicos, pai) em diversos espaços da instituição. Na perspectiva adotada, a investigação é entendida como construção contínua, sem roteiro a priori. Uma dessas construções, a destacar, foi a necessidade, por parte da pesquisadora, de interagir mais estreitamente com a criança a partir da observação de seu potencial comunicativo. Por essa razão, a pesquisadora também esteve a sós com Luciana em interação lúdica. A maioria dos encontros foi filmada; outros foram registrados em diário. As filmagens foram usadas exclusivamente para supervisões junto à orientadora do mestrado, quando se percebiam sutilezas da comunicação não verbal.

Resultados e referências

Os resultados foram discutidos à luz da perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano. Constatou-se o quanto a visão reabilitadora é presente e perpassa tanto a área clínica como a área escolar. O diagnóstico e o estado clínico aparecem como determinantes para justificar melhorias, regressos ou alterações no comportamento ou no desempenho da aluna. Subjaz uma visão de desenvolvimento humano como um processo naturalizado, de modo geral predeterminado e prevalece a preocupação com a reabilitação frente a um quadro patológico em detrimento da mediação humana como interlocutora e potencializadora de construções cognitivas e comunicativas; diria Vygotsky (1989), de processos psicológicos superiores. Contatou-se que a criança evidenciava intencionalidade comunicativa com frequência, por gestos e balbucios e pelo apego a objetos. Acenava-se, portanto, uma zona proximal de desenvolvimento, porém os interlocutores pouco prolongavam esse potencial ou não o percebiam; a criança era chamada a prestar atenção ao que era importante para os interlocutores e, quando não correspondia, hipóteses de problemas eram levantados, tais como desatenção. Constatou-se, também, que o pedagógico aparece eclipsado pelo setor clínico, quantitativa e qualitativamente, e a boa adaptação da aluna à escola estaria relacionada, para professora, ao "baixo grau de autismo", argumento que reforça, mesmo na visão da educadora, a perspectiva de desenvolvimento humano naturalizado e predeterminado.

Conclusão e referências

A subjetividade social da instituição expressa valores e expectativas que assumem significados determinados na cultura. Acredita-se que em uma instituição especial atuem profissionais preparados para atender às necessidades especiais. Entretanto, estas são compreendidas mais sob ângulo técnico, de aquisição de comportamentos ou funcionalidades. A deficiência em si aparece como um a priori que priva ou exclui; como afirma Vygotsky (1993): o "defeito" em si não traz tantos prejuízos quanto a exclusão social justificada por ele. Em razão deste, Luciana foi privada da escola comum, espaço comum à maioria de seus pares, que interagem, brincam e falam. Brincar, interagir e comunicar seriam necessidades especiais a serem atendidas, por potencializarem o que o espectro autista tem em déficit. Contudo, nem na instituição especial esses aspectos são identificados como necessidades educacionais prioritárias com vistas à inclusão, à medida que não potencializa expressões subjetivas individuais.

AMARAL, L. A. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: Aquino, J.G. (org). Diferenças e preconceito na escola. São Paulo: Summus, 1998. FREITAS, A.B.M. Sentidos produzindo sentidos: constituições de deficiência e processos de subjetivação de crianças com necessidades educacionais especiais. 2005. 150 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia. GONZÁLEZ REY, F. L. Pesquisa qualitativa: caminhos e desafios. São Paulo: Thomsom, 2002. Jannuzzi,G. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. Campinas: Autores Associados, 1985. KASSAR, M.C.M. Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos. Campinas: Autores Associados, 1999. VYGOTSKY, L. S. (1989). A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes. _____. The collected works of Vygotsky. The fundamentals of defectology. New York: Plenum Press, 1993.

Palavras-chave: subjetividade; autismo; inclusão

Contato: bianafreitas@ig.com.br